

Recentemente estivemos na Secretaria de Segurança Pública pedindo segurança para aquela região, e de repente assistimos ao medo que tomou conta do local. Lá se tem terror de tudo o que aconteceu. É necessária uma solução e uma resposta para isso que aconteceu. Estamos também encaminhando um pedido ao secretário de Segurança, para que seja feito um levantamento criterioso de todas essas mortes.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para finalizar, Sr. Presidente, além de solicitar ao secretário de Segurança Pública rigor e celeridade na apuração dos responsáveis por esses crimes, também queremos que a Secretaria de Segurança Pública trate aquele atentado no Instituto Lula com o respeito que merece. Não é porque ali está um ex-presidente da República - é também por isso -, mas é como deveria ser tratado qualquer local que tivesse um atentado daquela natureza.

\* \* \*
- Assume a Presidência o Sr. Carlão Pignatari.
\* \* \*

Até agora, os responsáveis por essa investigação sequer disseram se há algum indício sobre quais foram os responsáveis por aquele ato de selvageria que só leva ao ódio, ao rancor e à intolerância. É isso que queremos combater. Queremos uma sociedade e uma cultura de paz, e é por isso que estamos nesta tribuna trazendo essas denúncias.

Amanhã exigiremos do Governo que ele seja rápido, pois é o mínimo que um Governo pode fazer para preservar a democracia e o Estado de Direito e para que tenhamos uma sociedade livre da violência. Muito obrigada.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICACÃO - Sr. Presidente, gostaria de pedir à bancada do Partido dos Trabalhadores, que amanhã estará com o secretário Alexandre de Moraes, para que leve um pedido meu: que repense o patrlhamento das estradas federais aqui no estado de São Paulo feito pela Polícia do nosso Estado. Apesar do impacto dessas mortes, da nossa solidariedade para com essas famílias, gostaria que perguntasse de onde vêm as armas, as drogas - cocaína, maconha, heroína - de onde veio aquela bazuca. Por que áreas do País elas entram? Como estão as fronteiras principalmente de Mato Grosso e Foz do Iguaçu; qual o papel da Polícia Federal nas fronteiras para que a cocaína não chegue a granel até a Grande São Paulo, Rio ou Porto Alegre? Dia desses foi interceptada uma ligação em que um sujeito dizia que a cocaína vem dentro de um caminhão de ovos. Portanto, isso é importante para que haja um efetivo policiamento da Polícia Federal, para que diminua o volume de armas e o tráfico de drogas que chegam até as grandes capitais; que o estado de São Paulo melhor aparelhado ajude nas rodovias federais. Gostaria que a deputada Beth Sahão levasse esse pedido. O que abunda não prejudica. Vamos colocar a Polícia do Estado nas rodovias federais para melhorar o policiamento preventivo evitando essas chacinas no estado de São Paulo.

\* \* \*
- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, para discutir contra tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, quero iniciar a minha fala dizendo que vivemos, desde a Constituição de 88, um novo pacto federativo no Brasil e nesse pacto federativo, aos municípios foi conferida uma série de incumbências que oneram por demais o seu dia a dia. Há 47 anos foi criado o Cepam, um órgão extremamente importante para a capacitação, para orientação dos municípios, especialmente aqueles de pequeno porte, com menos de 50 mil habitantes, que hoje representam mais de 80% dos 645 municípios do estado de São Paulo, para que eles pudessem, dentre tantas atribuições constitucionalmente delegadas, melhorar a qualidade da gestão. Tive informações que hoje, infelizmente, mais de 50% dos nossos municípios têm suas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Ao invés de o Governo do Estado extinguir um órgão tão importante para os municípios, deveria fortalecê-lo, deveria dar mais estrutura porque o que temos sentido é que esses órgãos de pesquisa que melhoram a qualidade da gestão dos nossos municípios têm sido dilapidados, a estrutura deles tem sido enfraquecida. (Manifestação das galerias.)

Tenho viajado muito pelo estado de São Paulo visitando os pequenos municípios e percebido a dificuldade que os prefeitos têm, que os municípios têm pela falta de uma assessoria na questão da gestão, na questão da melhoria da execução orçamentária, de como utilizar os recursos de forma mais adequada, de como atender as necessidades dos municípios, de como gerenciar melhor as suas despesas e suas receitas.

Eu atentei aqui para alguns artigos de professores das nossas universidades que estão dando apoio à permanência do Cepam. E tem algumas colocações que eu quero lê-las aqui e passá-las às pessoas que nos assistem, como, por exemplo, a do professor José Carlos Vaz, da USP de São Paulo, onde ele diz o seguinte: “Certas ações do Governo são tão inacreditáveis que só é possível atribuir a elas o objetivo de destruir o Estado e enfraquecer a sua capacidade de governar”. Mas para adiante o mesmo professor diz o seguinte: “o que é necessário não é destruir o órgão, mas sim reformulá-lo e fortalecê-lo para que possa prestar esse relevante serviço de tornar os municípios mais capazes em termos de gestão pública”.

Mais adiante ele faz alguns questionamentos, Sr. Presidente. Ele pergunta: “mas por que, qual é o objetivo de fato de se acabar com um órgão tão importante na questão da gestão pública?” Ele pergunta: “cabe pergunta por que será que se combate o conhecimento com tanto afinco?” Ele responde: “O conhecimento é inimigo do abuso do poder, da improvisação e da manipulação da sociedade”.

Se nós tivérmos pessoas com pouco conhecimento, será mais fácil manipulá-las. Será mais fácil fazer com que as pessoas não tenham a visão por inteiro de certas situações. E o deputado Carlos Giannazi veio aqui e disse dos interesses escusos de outras entidades privadas, que podem, e certamente estão por trás do sucateamento e da extinção daquele órgão tão importante do estado de São Paulo, para dar a necessária capacitação, qualificação, formulação de políticas públicas. E o Cepam participou de momentos muito importantes desde a década de 70 na construção dos planos diretores, na construção do plano de resíduo sólidos, na construção da participação popular, na construção da redemocratização de uma série de políticas públicas.

Então, é inaceitável que esta Casa, que os nossos deputados possam estar de acordo, que possam comungar dessa mesma orientação do Governo do estado de São Paulo. É inadmissível! É inaceitável que esta Casa vote um projeto dessa magnitude sem ao menos uma audiência pública, uma discussão, um debate. Sr. Presidente solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Convido os nobres deputados Marcos Damásio e Jorge Wilson Xerife do Consumidor para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

\* \* \*
- É iniciada a chamada.
\* \* \*

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - PARA COMUNICACÃO - Sr. Presidente, sabe que tenho maior respeito por V. Exa., mas vou reclamar de novo: o painel não registrou novamente o trabalho da Mesa. Gostaria que fosse registrado o que está acontecendo no plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Vossa Excelência solicita que seja colocado o nome dos deputados que estão respondendo a chamada?

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sim, isso sempre aconteceu.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Isso não acontece por uma falha do sistema, mas deveria acontecer. Vou pedir para que sejam tomadas providências, pois quem está acompanhando deve ser informado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Retomando a minha fala, o nobre professor da USP questionava por que se combate o conhecimento com tanto afinco. Ele responde: “O conhecimento é inimigo do abuso de poder, da improvisação e da manipulação da sociedade. Fazer crescer e circular o conhecimento empodera quem dele se apropria e quebra dependências. A extinção do Cepam significará municípios mais fracos e mais dependentes. Se os municípios não têm capacidade de gestão, precisam passar o pires, suplicantes, junto ao Governo do Estado, e não têm como gerar alternativas de políticas às impostas pelos demais poderes. Com isso, a autonomia municipal vê-se ameaçada.”

Nós, que acompanhamos a execução de alguns municípios, percebemos a dificuldade, muitas vezes, na utilização adequada dos recursos públicos. Penso que em vez de o Governo do Estado melhorar as condições para que os nossos municípios sejam fortalecidos com conhecimento, utilizando melhor os recursos da Saúde, da Educação, da Assistência Social, os municípios serão enfraquecidos. Há uma política constante de dilapidação de tudo que envolve o conhecimento, o acúmulo de conhecimento. (Manifestação nas galerias.)

Nós já votamos aqui, e é bom que se diga, alguns projetos extremamente difíceis para a sociedade paulista. Infelizmente, vimos a SPTur ser extinta; vimos a Sutaco ser extinta. Estamos agora passando pelo mesmo processo de extinção do Cepam. Amanhã virá a extinção da Fundap, e assim por diante. Teremos de assistir aterrorizados e assustados essa dilapidação de tudo aquilo que é patrimônio do povo paulista.

Sr. Presidente, quero dizer aos caros colegas que, com certeza, com todo o respeito, o nosso governador Franco Montoro deve estar se virando lá na tumba porque seu filho, o Fernando, escreveu um bellissimo artigo - o qual tenho aqui na minha mão - em apoio à continuidade do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal.

Lembro-me bem de que, na época em que eu era vereadora lá na cidade de Araraquara, quando havia dúvida sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de algum assunto que aqueles vereadores legislavam naquela Casa de Leis, o primeiro órgão a ser consultado para que nos desse pareceres era o Cepam.

Via de regra, os pareceres chegavam e sanavam as dúvidas do Legislativo da cidade de Araraquara. Inúmeras vezes, durante os quatro anos em que fui vereadora, pudemos ter assessoria jurídica para que soubéssemos de fato sobre a legalidade ou não dos projetos que votávamos.

Temos aqui também um relato do que foi feito pelo Cepam nos últimos quatro anos, ou seja: capacitou servidores, agentes públicos, em 526 municípios paulistas. Significa que 81% dos municípios paulistas tiveram a possibilidade de aprender sobre gestão pública, sobre administração pública, com o Cepam. Também realizou cursos sobre Plano Plurianual, parcelamento do solo urbano, licitação e contratos.

Nos pequenos municípios, muitas vezes os prefeitos entram em cada situação difícil, porque as licitações são mal conduzidas. As licitações não são feitas de acordo com a Lei nº 8.666. O prefeito, muitas vezes imbuído de boa fé, acaba tendo complicações na Justiça porque as licitações são mal conduzidas.

Essas capacitações feitas pelo Cepam são extremamente importantes para a melhoria da gestão pública, são extremamente importantes para que a gente cumpra a determinação constitucional de que nossos municípios sejam fortalecidos, de que nossos municípios possam de fato gerenciar as políticas públicas.

Porque o cidadão mora no município, ele mora lá na cidade. É lá que tem que ser bem gerenciado o recurso. Porque o recurso que o prefeito e que os vereadores muitas vezes ajudam, com a votação de projetos de lei, têm que ser usados para melhorar a vida das nossas crianças, dos nossos idosos, melhorar a Saúde do nosso povo, melhorar a Educação das nossas crianças e melhorar o acesso ao conhecimento dos nossos jovens.

Então, é inaceitável, é inadmissível, que esta Casa vote um projeto de extinção de um órgão tão importante. Nós, da bancada do PT, do Partido dos Trabalhadores, votaremos contra a extinção do Cepam.

Agora, quero dizer para vocês que nós somos minoria nesta Casa. A maioria desta Casa, infelizmente, vota os projetos do governador da forma que o Sr. Governador pretende que sejam votados.

Esta Casa tem muito pouca autonomia. Esta Casa, infelizmente, atende às necessidades do Poder Executivo, e não as necessidades do povo paulista.

Isso serve para que saibamos de fato como temos que conduzir nossas vidas quando os interesses do povo são, infelizmente, atropelados.

Vamos votar contra a extinção desse órgão tão importante. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando, para discutir contra. (Pausa.) Solicito à Secretaria Geral Parlamentar que inclua o deputado Luiz Fernando nos trabalhos de regulamentação da lei que trouxe segurança ao futebol, e já está fazendo parte dessa comissão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por três minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Cauê Macris e suspende a sessão por três minutos.

Está suspensa a sessão.
\* \* \*

- Suspensa às 19 horas e 45 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.
\* \* \*

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, questiono V. Exa. se há mais algum deputado inscrito.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado Luiz Fernando, deputado Teonílio Barba, deputado Alencar Santana, deputado João Paulo Rillo e deputado José Américo, que nos deixa tristemente esta Casa, para assumir a Secretaria municipal.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, está encerrada a discussão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a ser realizada daqui a dez minutos, com os PLS 49 e 56.

Está levantada a sessão.

\* \* \*
- Levanta-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.
\* \* \*

## 18 DE AGOSTO DE 2015

## 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

<b>Presidente: FERNANDO CAPEZ</b>
<b>RESUMO</b>
1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de inversão da Ordem do Dia. Da conhecimento de emenda, do deputado Cauê Macris, ao PLC 56/13, que retorna às Comissões, ficando adiada sua apreciação. Por conveniência da ordem, suspende a sessão às 20h09min, reabrindo-a às 20h25min. Coloca em discussão o PLC 49/14. 2 - CAUÊ MACRIS Discute o PLC 49/14. 3 - CAUÊ MACRIS Pede a publicação de emenda aglutinativa ao PLC 49/14. 4 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Encerra a discussão do PLC 49/14. Determina a publicação da emenda aglutinativa ao PLC 49/14, ficando adiada a votação. Encerra a sessão. * * * - Abre a sessão o Sr. Fernando Capez. * * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\* \* \*
- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Há sobre a mesa requerimento assinado pelo líder do Governo, deputado Cauê Macris, solicitando a inversão da Ordem do Dia, de modo que o Item 2 passe a ser o Item 1, e o Item 1 passe a ser o Item 2.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 56, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010. Pareceres nºs 2160 e 2161, de 2013, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, favoráveis.

Há sobre a mesa uma emenda de plenário.

Esta Presidência suspende a sessão por dez minutos.

\* \* \*
- Suspensa às 20 horas e 9 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Item 1 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 56, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010. Pareceres nºs 2160 e 2161, de 2013, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, favoráveis.

Há sobre a Mesa emenda de plenário introduzindo um dispositivo relacionado a vacatio legis, imprescindível para que o projeto seja apreciado e votado. Acolhida essa emenda, o projeto passará à análise de um congresso de comissões a ser designado oportunamente.

Item 2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrância de Unidades Judiciais do Estado. Com 11 emendas. Parecer nº 272, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas. Emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Pareceres nºs 424 e 425, de 2015, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis à emenda nº 13 e contrários à emenda nº 12.

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Cauê Macris.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, retomamos a discussão do Projeto de lei Complementar nº 49. Inscrevi-me para falar favoravelmente a esse projeto, em primeiro lugar, pela importância que ele tem para a Justiça do estado de São Paulo, principalmente porque trata de assuntos relacionados às entrâncias de cada um dos municípios, à reorganização de diversos municípios dentro do nosso Estado.

Além disso, muitos deputados são cobrados no dia a dia pelos juizes locais por um assunto relacionado a esse projeto, pois os juizes que forem deslocados para cidades que se tornem entrância final poderão ficar até o fim de sua carreira, dando uma estabilidade ao município para sua atuação. Há ainda outros benefícios em relação a esse projeto, mas quero ressaltar, para ser coerente com as posições que temos tomado do ponto de vista do Governo do Estado de São Paulo em todos os projetos que debatemos, o momento que estamos vivendo.

Vivemos um momento difícil do ponto de vista político e do ponto de vista econômico. O País está vivendo uma crise muito grave, que vem afetando diretamente o Governo do Estado de São Paulo e os demais governos da Federação no processo de arrecadação de impostos. Esse é o dinheiro que depois será revertido para ações sociais, como em Educação e Saúde, e para as demais ações de competência do Executivo, e também reflete nos orçamentos dos municípios como um todo.

Estamos em um parlamento no qual a maturidade do debate tem que se dar da forma mais franca possível. Tenho conduzido meu mandato ao longo desses anos dessa maneira, sendo muito franco e dizendo aquilo que deve ser dito, pois acho que esse é o papel do homem público. Essa queda significativa de arrecadação tem afetado diretamente diversos segmentos do Governo do Estado de São Paulo.

O governador Geraldo Alckmin tem ponderado constantemente com os parlamentares e os prefeitos o que essa crise na arrecadação tem impactado nos cofres do Estado.

Segundo estudos da Secretaria de Planejamento - daquilo que já foi gasto desde o início do ano e a expectativa de ser até o fim do ano - a queda de arrecadação em relação ao orçamento de 2014 gira em torno de nove bilhões de reais, são nove bilhões a menos nos cofres do Estado.

Quando você tem queda de arrecadação - e o deputado Welson Gasparini já foi prefeito e sabe como conduzir a situação quando não tem dinheiro para pagar aquilo que o Poder Público tem de honrar - algumas medidas precisam ser tomadas. O governador Geraldo Alckmin tem sido muito firme no que diz respeito à gestão: enxugamento da máquina pública, diminuição nos gastos de custeio, diminuição nos cargos comissionados. Esta é a postura que o governador Geraldo Alckmin tem adotado.

Nós discutíamos há pouco o projeto que trata do Cepam, onde serão extintos diversos cargos comissionados, onde serão extintas diversas ações administrativas, onde os concursados serão realocados em outros órgãos técnicos do Governo. Estas são medidas de austeridade diante do momento de crise que temos vivido.

O governador também editou um decreto cortando 15% do custeio da máquina pública.

O que é custeio da máquina pública? Luz, gasolina, locação de carro, enfim, diversos aspectos que permitem o funcionamento de cada uma das secretarias de Estado. Então os secretários tiveram de mostrar ao Governo do Estado as ações adotadas para conseguir enxugar e reduzir os seus gastos.

Por outro lado, houve um corte de 10% nos cargos comissionados do Estado, tudo isso tentando diminuir o impacto que essa queda de arrecadação causará nos cofres do Estado para que a população não seja prejudicada dentro das ações que são de competência do Executivo.

Por que estou fazendo todo esse preâmbulo em relação às finanças do Estado?

Porque os projetos 49 e 56 - a propósito, o 56 recebeu uma emenda de plenário e retorna às comissões para recebimento de novos pareceres ou diante de uma convocação do presidente da Casa receber todos esses pareceres em um congresso de comissões, agilizando o retorno do projeto ao plenário - geram um custo adicional para o Tribunal de Justiça, que não tem capacidade de absorver esse custo.

A preocupação do Governo é a mesma em relação ao 49, ao 56, como foi no 6, aprovado recentemente, que resultou na redução de 75% dos cargos. Não porque o Governo seja contra o mérito. O Governo não é contra os oficiais de Justiça serem reconhecidos como carreira jurídica. Aliás, num outro momento, o Governo enviou projeto a esta Casa reconhecendo a Polícia Civil como sendo de carreira jurídica. O Governo não é contra o 49. É pela reorganização das unidades judiciárias. O Governo não é contra a criação de cargos de psicólogos para os fóruns atuarem dentro dos projetos focados principalmente na área da juventude.

A preocupação do Governo é garantir a prestação de serviço que tem hoje com o orçamento previsto.

O Tribunal de Justiça hoje - se encerrasse hoje o ano do Tribunal de Justiça - já acumula um déficit no seu orçamento - pelo menos o que me foi passado pela assessoria técnica - de 850 milhões de reais. Como se paga a conta desse deficit que tem, ou terá agora no fim do ano o Tribunal de Justiça? Você tem algumas maneiras para efetuar esse pagamento. A primeira delas é suplementando. O Poder Executivo tira o dinheiro que estava previsto para ser gasto em uma das áreas essenciais, entrega ao Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça quita esses déficits que estão previstos para o ano de 2015.

Existe um fundo de despesas que nós aprovamos aqui, onde o Tribunal de Justiça estaria autorizado a usar o dinheiro desse fundo para poder pagar, sejam despesas administrativas ou despesas com pessoal. Essa mudança que o Legislativo fez foi vetada e, portanto, não tem como utilizar esse fundo.

Há outras alternativas que são poderes independentes e harmônicos discutindo para poder buscar sempre um consenso. Agora, aprovar projetos num momento de crise que gere mais gastos para o Poder Judiciário, ou para qualquer outro Poder nesse momento, seria uma maneira onde todos os esforços que estão sendo feitos e concentrados para poder reduzir os gastos nesse sentido sejam feitos em vão.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna primeiro para dizer que o Governo não é contra a aprovação de nenhum desses projetos, até porque o governador sempre foi muito correto e sempre zelou muito em relação às independências do Poder.

E quando nós atuamos aqui nesse sentido de tentar discutir alternativas para que isso não impacte financeiramente nas contas do Governo, é sempre com transparência, falando realmente aquilo que vai acontecer. Com os próprios servidores, que têm conversado comigo nos corredores da Casa, eu sempre fui muito transparente naquilo que ia acontecer. E depois há a maturidade de nós tentarmos buscar um diálogo. Acho que essa é uma Casa legislativa, e o melhor instrumento que o Parlamento pode oferecer à sociedade é essa maturidade de construir e buscar alternativas para, assim, conseguir que todos saiam contemplados.

Sr. Presidente, nesse momento quero fazer uma referência a V. Exa. que não tem medido esforços para poder buscar esse diálogo entre o Governo, entre as entidades, entre os deputados e entre as lideranças partidárias. Vossa Excelência está de parabéns pela condução que tem feito nesse sentido, independente como Presidente deste Parlamento.

Portanto, achoamos importante reiterarmos isso aqui. E se estamos, neste momento, nesse ponto de negociação, de discussão e articulação, é graças a V. Exa. que tem sido firme na condução desse processo, e sabendo entender todos os lados para buscar uma solução comum.

Sr. Presidente, concluindo quero dizer que existe uma emenda aglutinativa que está sendo protocolada neste PLC 49/14, que nós iremos pedir sua publicação. E por conta do nosso Regimento Interno esse projeto não poderá ser votado ainda hoje. Mas acreditamos que, dentro da linha do papel do Parlamento, nós vamos continuar buscando alternativas para que em breve consigamos unir todos os laços desta Casa, que tem dado demonstrações muito importantes de responsabilidade nas suas ações à população de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Esta Presidência, nos termos do Art. 175, do Regimento Interno, adiará a votação da matéria para fazer publicar e distribuir em avulsos o texto resultante da fusão.

Amanhã haverá Colégio de Líderes às 15 horas e 30 minutos, Congresso de Comissões, e análise de projetos e vetos. Esgotado o objeto, está encerrada a presente sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 39 minutos.

\* \* \*